



Resultados Provisórios

INQUÉRITO AOS ORÇAMENTOS FAMILIARES

2000

O Instituto Nacional de Estatística realizou, durante o ano de 2000, uma nova edição do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF). Concluída a fase de tratamento do grande volume de dados obtidos, em antecipação à disponibilização da respectiva publicação (em preparação) apresenta-se uma síntese de alguns dos principais resultados.

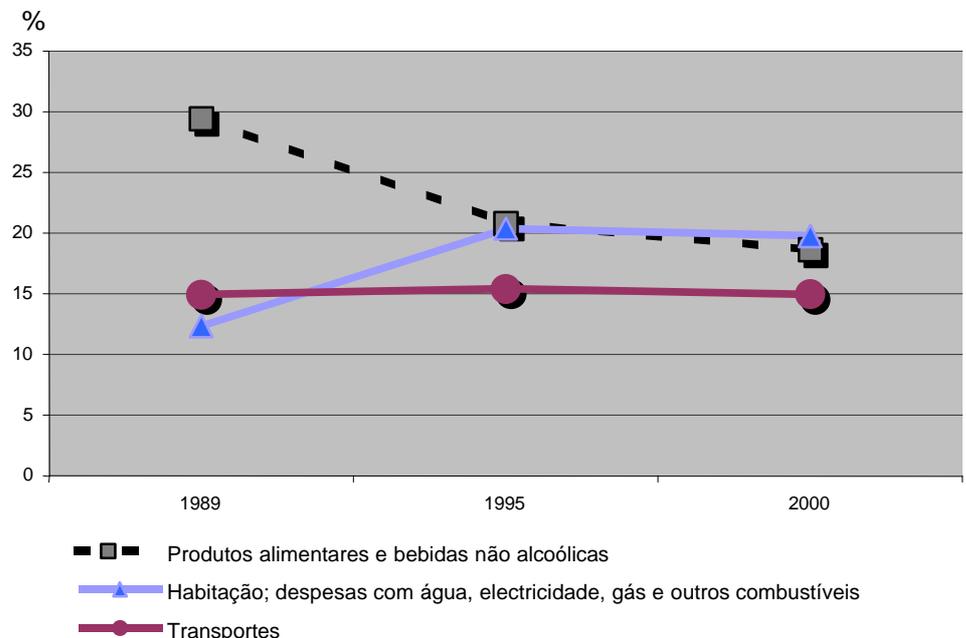
Estrutura da despesa média dos agregados familiares

Classes de despesa

A evolução da estrutura das despesas dos agregados familiares portugueses ao longo da década de 90 foi marcada pela decrescente importância relativa da classe respeitante a **“produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”** que, em 1989, 1995 e 2000 representou, respectivamente, 29%, 21% e **19%** da despesa total (a preços correntes). Pela primeira vez, em 2000, esta classe cede a primazia, em termos de posição relativa no conjunto da despesa, à **“habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis”** (**20%** do total).

Em terceira ordem de grandeza surgem os **“transportes”**, que pesaram **15%** na despesa dos agregados, tal como em 1989 e 1995.

Evolução do peso das principais classes de despesa, em Portugal
(estruturas a preços correntes)



Deste modo, as três principais classes de despesa abrangeram **54%** da despesa média anual dos agregados em 2000.

Já em 1995 a classe relativa a “**habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis**” se tinha destacado por absorver **20%** da despesa (a preços correntes), quando em 1989 pesava apenas 12% no total.

Na quarta posição surge a classe relativa a “**hotéis, restaurantes, cafés e similares**”, responsável por **9%** da despesa dos agregados em 2000.

**Estrutura das despesas médias anuais dos agregados familiares
(a preços correntes), em Portugal**

Classes de despesa (COICOP)	1989		1995		2000	
	€	%	€	%	€	%
TOTAL	6 516	100,0	11 692	100,0	13 828	100,0
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1 919	29,4	2 435	20,8	2 579	18,7
02 Bebidas alcoólicas, tabaco	241	3,7	325	2,8	391	2,8
03 Vestuário e calçado	605	9,3	725	6,2	912	6,6
04 Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	806	12,4	2 382	20,4	2 734	19,8
05 Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	460	7,1	773	6,6	989	7,2
06 Saúde	193	3,0	529	4,5	719	5,2
07 Transportes	974	15,0	1 802	15,4	2 070	15,0
08 Comunicações	69	1,1	226	1,9	451	3,3
09 Lazer, distração e cultura	255	3,9	425	3,6	663	4,8
10 Ensino	40	0,6	145	1,2	175	1,3
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	641	9,8	1 178	10,1	1 307	9,5
12 Outros bens e serviços	313	4,8	747	6,4	837	6,1

Foram várias as classes que alargaram a sua representatividade na despesa global. O crescimento mais assinalável foi o verificado nas “**comunicações**”, classe que, em 1989, absorveu apenas 1,1% da despesa, que, em 1995, já registava um acréscimo de 0,8 pontos percentuais (p.p.), em termos relativos (estrutura a preços correntes); em 2000, com um acréscimo de 1,4 p.p. na sua representatividade face a 1995, as “**comunicações**” atingiram **3,3%** da despesa total, o que se reflectiu numa despesa média anual, por agregado familiar, de 451 euros.

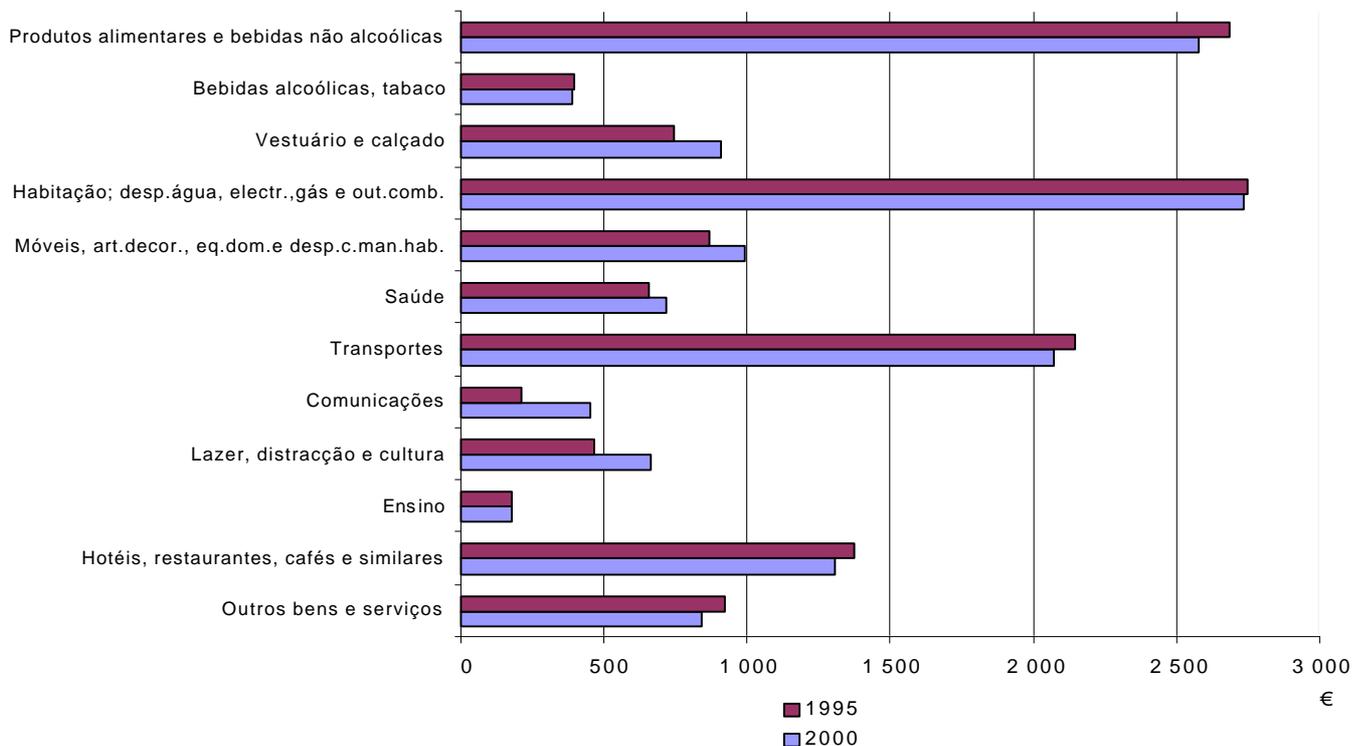
A classe relativa a “**lazer, distração e cultura**” foi também responsável por um notável crescimento no peso relativo das respectivas despesas (acréscimo de 1,2 p.p. entre 1995 e 2000), representando, neste último ano, **4,8%** do total (despesa média anual, por agregado familiar, de 663 euros).

De forma mais progressiva ao longo dos três momentos de referência em estudo, ganharam importância crescente as classes da “**saúde**”, representando 3,0%, 4,5% e **5,2%**, respectivamente, e do “**ensino**”, a que corresponderam pesos de 0,6%, 1,2% e **1,3%**, respectivamente (a preços correntes).

Recuando a 1995 (1) e aplicando o Índice de Preços no Consumidor (IPC) por forma a actualizar os valores para preços de 2000, pode-se observar a evolução registada, em termos de valores absolutos da despesa em cada classe. São ainda mais evidentes os crescimentos acentuados de 1995 para 2000 nos valores despendidos em “**comunicações**” (+111%, tendo sido o maior crescimento) e em “**lazer, distração e cultura**” (+44%). Nesta perspectiva, os valores da despesa afecta a “**vestuário e calçado**” reflectiram o terceiro maior incremento (+23%). Estes resultados reflectem também o facto de, nas duas últimas classes, o crescimento dos preços neste intervalo de 5 anos ter sido pouco expressivo, e, no primeiro caso, se ter mesmo verificado uma redução do respectivo índice de preços.

(1) : Não é possível o cálculo correspondente a 1989, devido a diferenças de nomenclaturas no IPC.

Valores da despesa média anual dos agregados familiares, por classes da COICOP (a preços de 2000), em Portugal



As diferenças regionais

Lisboa e Vale do Tejo demarcou-se das restantes regiões pelo facto de ter apresentado as posições relativas mais elevadas em quatro das doze classes da COICOP, que foram as referentes a **“lazer, distracção e cultura”** (5,5%), **“ensino”** (1,7%), **“hotéis, restaurantes, cafés e similares”** (11%, tal como no **Algarve**) e **“outros bens e serviços”** (6,4%).

Foram precisamente as classes relativas a **“ensino”** e a **“hotéis, restaurantes, cafés e similares”** que evidenciaram as maiores amplitudes entre regiões, tendo apresentado proporções mínimas nos **Açores**, onde se situaram, respectivamente, em **0,6%** e **4,6%**. As despesas em **“lazer, distracção e cultura”** assumiram o menor peso no **Alentejo** (3,3%).

Por outro lado, as classes associadas às necessidades básicas da população foram mais expressivas noutras regiões, como sejam os **Açores**, onde os **“produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”** pesaram **23%** na despesa dos agregados, e os **“móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação”** representaram **8,2%** da despesa dos agregados daquela região, ou ainda o **Algarve**, cuja despesa média em **“vestuário e calçado”** atingiu **7,1%** do total e a **“saúde”** absorveu **6,0%** da despesa dos agregados.

As despesas com **“habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis”** tiveram especial impacto na região da **Madeira** (28%), a que não será alheia uma elevada avaliação da **auto-locação** (cálculo pelos próprios proprietários-residentes do valor hipotético da renda do seu alojamento, se esta existisse). Sucedeu-se a região **Centro**, onde esta classe de despesa representou **23%**; o peso menos significativo surgiu em **Lisboa e Vale do Tejo** e nos **Açores** (17% em ambas as regiões).

**Estrutura da despesa média anual dos agregados, em 2000,
por classes da COICOP e regiões Nuts II**

Classes de despesa (COICOP)	Norte	Centro	Lisboa V.Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	19,2	18,5	17,9	19,9	19,0	23,3	18,0
02 Bebidas alcoólicas, tabaco	3,4	2,3	2,5	2,9	3,1	3,8	2,6
03 Vestuário e calçado	7,1	6,3	6,3	6,7	7,1	6,9	6,3
04 Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	20,8	22,7	17,2	22,6	19,6	17,2	28,1
05 Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	7,1	7,7	7,2	6,6	5,6	8,2	6,0
06 Saúde	4,6	5,2	5,6	5,3	6,0	5,8	5,4
07 Transportes	14,6	15,6	15,1	14,6	14,1	15,4	15,5
08 Comunicações	2,9	2,9	3,6	3,8	3,4	3,8	3,5
09 Lazer, distração e cultura	4,5	4,4	5,5	3,3	4,1	5,2	3,4
10 Ensino	1,1	0,8	1,7	0,8	0,9	0,6	0,9
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	8,7	7,9	11,1	8,1	11,1	4,6	6,2
12 Outros bens e serviços	6,1	5,6	6,4	5,4	6,0	5,2	4,1

Considerando a evolução global do país em termos de **despesa média dos agregados familiares** entre 1995 e 2000, foi o **Alentejo** a região que registou maior recuperação face à média nacional, visto que evoluiu de valores que representavam 73% dessa média, em 1995, para **80%** da média global de 2000.

A região **Norte**, que, em 1995, apresentou uma despesa 11% superior à média nacional, cresceu, em 2000, em menor proporção do que a totalidade do país, situando-se a sua despesa, neste ano, apenas **1,7%** acima da média nacional.

Também no **Algarve** os agregados familiares desaceleraram o crescimento da respectiva despesa (tendo apresentado, face às médias nacionais de 1995 e 2000, respectivamente 98% e **86%**), tendência esta que igualmente já foi sentida em 1995 comparativamente com 1989, visto que, neste ano, a despesa dos agregados algarvios atingiu proporções 10% superiores aos valores médios portugueses.

Concretamente em 2000, situou-se acima da média nacional de despesa, para além do **Norte**, a região de **Lisboa e Vale do Tejo (+9,7%)**, ficando todas as restantes aquém; destas, foi a **Madeira** que mais se distanciou da média do país, visto que se situou a **73%** da média nacional. Este resultado traduz um abrandamento face a 1995, em que, nesta região, o nível de despesa foi 79% da média nacional, mas ainda assim revela uma assinalável recuperação face aos resultados do IOF de 1989, em que esta proporção foi de apenas 54%.

Despesas médias dos agregados familiares nas regiões Nuts II
(preços correntes)

	1989		1995		2000	
	€	País=100	€	País=100	€	País=100
PORTUGAL	6 516	100,0	11 692	100,0	13 828	100,0
Norte	6 119	93,9	12 943	110,7	14 061	101,7
Centro	6 509	99,9	10 219	87,4	12 702	91,9
Lisboa e Vale do Tejo	7 422	113,9	12 125	103,7	15 164	109,7
Alentejo	4 952	76,0	8 535	73,0	11 022	79,7
Algarve	7 168	110,0	11 435	97,8	11 824	85,5
Açores	4 366	67,0	9 693	82,9	11 556	83,6
Madeira	3 499	53,7	9 260	79,2	10 100	73,0

Receitas médias anuais dos agregados familiares

O **montante médio de receitas líquidas anuais dos agregados familiares** atingiu 16 184 euros em 2000. Este valor foi 39% superior ao apurado em 1989 (11 634 euros, já actualizado a preços de 2000).

Os dois sub-conjuntos de agregados que mais contribuíram para o valor global da receita das famílias foram os do **trabalho por conta de outrem** (48% do número total dos agregados e **50%** da receita total) e das **pensões** (34% dos agregados e **19%** do total da receita).

Do **trabalho por conta de outrem** resultou, em 2000, um valor total de receita que excedeu em 47% o valor apurado em 1989 (+22% face a 1995), enquanto que o montante total de receita com origem em **pensões** ultrapassou em 114% o valor de 1989 (+37% comparativamente a 1995).

Em 2000, 9,2% dos agregados familiares dependiam principalmente do **trabalho por conta própria**; esta fonte de receita representou uma fatia de **10%** do montante global apurado para a receita da totalidade dos agregados familiares, quando em 1989 essa parcela representava 14% do total da receita (e 12% em 1995).

Receitas médias líquidas anuais dos agregados familiares, por tipo de receita
(a preços de 2000), em Portugal

	1989		1995		2000	
	€	%	€	%	€	%
TOTAL	11 634	100,0	14 397	100,0	16 184	100,0
Receitas monetárias						
Trabalho por conta de outrem	5 474	47,0	6 598	45,8	8 024	49,6
Trabalho por conta própria	1 598	13,7	1 778	12,3	1 580	9,8
Pensões	1 468	12,6	2 299	16,0	3 144	19,4
Outras receitas monetárias	1 095	9,4	1 132	7,9	1 260	7,8
Receitas não monetárias	1 999	17,2	2 590	18,0	2 176	13,4

Em contrapartida, as **receitas não monetárias**, que, em 1995, tinham registado um aumento relativamente a 1989, inverteram a tendência em 2000 (-16% face a 1995). Note-se que nesta categoria se incluem o **auto-consumo**, o **auto-abastecimento**, as **receitas e salários em géneros** e a **auto-locação**, rubrica esta que se manteve como o tipo de receita não monetária mais expressiva, tendo sido responsável por 9,1% do montante estimado quanto a receitas anuais totais dos agregados.

As diferenças regionais

Foi na região de **Lisboa e Vale do Tejo** que se observou o nível mais elevado de receita média anual por agregado, ou seja, 18 203 euros, seguindo-se o **Norte**, com 16 007 euros por agregado/ano. Verificou-se que foi a região com o mais baixo nível de receita em 1989 e 1995 – o **Alentejo** – que melhor recuperou em 2000 face a 1995, comparativamente com a média nacional (+ 5,3 p.p.), atingindo os 13 562 euros.

No balanço da década, sobressaíram as regiões do **Alentejo** e dos **Açores**, cujos níveis de receita foram alvo de incrementos de 5,8 e 6,1 p.p., respectivamente, na posição relativa face à média nacional, bem como a **Madeira** (+ 4,2 p.p.). O **Algarve** evidenciou o decréscimo mais acentuado entre os anos de 1989 e 2000 comparando com a média do país (-18 p.p.).

Considerando a **média nacional de receitas** dos agregados familiares, é possível observar que apenas uma região - **Lisboa e Vale do Tejo** (com 36% do número total de agregados familiares do país) - se situou acima dessa média (12% superior), restando todas as outras em posições relativas desfavoráveis; o **Norte**, que em 1995 tinha conseguido um nível de receita média 2,5% acima da média nacional, volta a descer a fasquia abaixo da média nacional em 2000 (tal como tinha sucedido em 1989), ficando agora 1,1% aquém da média nacional.

Foi na região da **Madeira** que, de 1995 para 2000, sucedeu o maior decréscimo da receita comparando com a média nacional (-9,9 p.p.), tendo registado o valor médio mais desfavorável (13 528 euros), situando-se assim 16% abaixo da receita média nacional.

Receitas médias dos agregados familiares nas regiões Nuts II (preços correntes)

	1989		1995		2000	
	€	País=100	€	País=100	€	País=100
PORTUGAL	6 313	100,0	12 615	100,0	16 184	100,0
Norte	6 275	99,4	12 929	102,5	16 007	98,9
Centro	5 960	94,4	10 971	87,0	14 312	88,4
Lisboa e Vale do Tejo	6 907	109,4	13 885	110,1	18 203	112,5
Alentejo	4 924	78,0	9 904	78,5	13 562	83,8
Algarve	6 452	102,2	11 336	89,9	13 573	83,9
Açores	5 366	85,0	11 357	90,0	14 736	91,1
Madeira	5 013	79,4	11 794	93,5	13 528	83,6

INQUÉRITO AOS ORÇAMENTOS FAMILIARES – 2000

FICHA TÉCNICA (Síntese)

PRINCIPAIS OBJECTIVOS : actualização da estrutura das despesas de consumo dos agregados familiares; obtenção de informação sobre as condições de vida das famílias.

ÂMBITO : agregados familiares residentes em alojamentos não colectivos, no território nacional.

PERÍODO DE OBSERVAÇÃO : a quinzena (todas as que decorreram de 17 de Janeiro de 2000 a 14 de Janeiro de 2001).

PERIODICIDADE : quinquenal.

BASE DE AMOSTRAGEM : Amostra-Mãe do INE, com origem nos Censos 1991, actualizada em 1996.

UNIDADE AMOSTRAL : o alojamento.

PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS : foram utilizados extrapoladores calculados com base nos resultados preliminares e provisórios dos Censos 2001 (conforme as unidades de análise). Esta metodologia, aplicada apenas aos resultados de 2000, obriga, nesta fase de divulgação, a alguns cuidados na comparação com períodos anteriores.

UNIDADE DE ANÁLISE : o agregado (10 020 agregados entrevistados, distribuídos pelas regiões Nuts II).

MOMENTO DE REFERÊNCIA : a quinzena de inquirição, excepto informação sobre receitas (o ano anterior).

MÉTODO DE INQUIRIRÃO : misto - entrevista directa e auto-preenchimento.

NOMENCLATURA PARA A DESPESA : COICOP (do inglês, Classificação do Consumo Individual por Objectivos).